



## CONTINUAÇÃO

3.12 – Contribuição Social e Imposto de Renda			Movimentação contábil no exercício:				retroativamente a 30.09.2015, sendo devido o pagamento das diferenças correspondentes aos salários vencidos e vincendos dos trabalhadores gráficos da CEPE.	
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São arrecadados por estimativas mensais, tendo seu ajuste e apuração anual em 31 de dezembro.			31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022	Consoante Despacho Judicial determinando o rateio do valor para pagamento a quem de direito, a Companhia procedeu a um depósito judicial de R\$ 666.758, que inclui honorários advocatícios e, mediante Alvará Eletrônico de Pagamento Número: 000289322020 - Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região foram transferidos R\$ 564.541 para os respectivos beneficiários individualmente, cujo valor foi abatido do correspondente depósito judicial (ativo).	
O diferimento de tributos é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. É mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se na legislação até a data de apresentação das demonstrações contábeis.							O saldo atual do passivo reflete o posicionamento da assessoria jurídica da Companhia que estima possibilidade de perda provável, com essa estimativa de desembolso, caso não seja considerada a impugnação da CEPE referente à sentença de liquidação.	
3.13 – Provisões							16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.							Capital social	
O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.							O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 66.570.000 e está composto por 131.250 ações nominativas, de valor unitário de R\$ 507, sendo 106.250 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais sem direito de voto. A participação do Governo do Estado de Pernambuco corresponde a 100% das ações ordinárias com direito a voto e 99,98% das ações preferenciais.	
3.14 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos							Reserva de reavaliação	
Os ativos e passivos monetários, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita (consideradas estimativas contábeis), dos respectivos ativos e passivos.							A realização da reserva é reconhecida à medida que os ativos reavaliados forem sendo realizados mediante depreciações e baixas, até suas extinções.	
As datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.							Ajuste de avaliação patrimonial	
3.15 – Demonstração do valor adicionado							Registram a contrapartida da mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda (investimentos em outras companhias – ações).	
A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para companhias abertas nas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.							17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	
3.16 – Lucro por ação							2022 2021	
O lucro líquido por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços.							Receitas operacionais	
3.17 – Principais mudanças nas políticas contábeis							Publicações	
Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia estão sendo acompanhados e até o momento não foram identificadas possibilidades de ocorrências de impactos significativos.							29.062.991 33.343.817	
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							Digitalização	
31.12.2022 31.12.2021							21.015.702 15.532.866	
Caixa			303	-			Serviços gráficos	
Bancos conta movimento			1.463.936	1.690.910			31.208 26.975	
Aplicações financeiras			4.872.110	11.805.374			33.829 89.256	
			<u>6.336.349</u>	<u>13.496.284</u>			157.809 98.148	
							4.988 6.690	
							440.000 -	
							<u>53.500.377</u> <u>50.705.861</u>	
							Tributos diretos	
							ISS	
							(702.626) (401.333)	
							PIS/PASEP	
							(586.430) (478.834)	
							COFINS	
							(2.702.893) (2.207.558)	
							<u>(3.991.949)</u> <u>(3.087.725)</u>	
							Receita operacional líquida	
							<u>49.508.428</u> <u>47.618.136</u>	
							18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
							2022 2021	
							Serviços gráficos em geral:	
							Material direto	
							1.708.275 861.425	
							Mão de obra direta	
							2.651.259 2.949.432	
							Mão de obra indireta	
							3.283.127 3.178.956	
							Gastos indiretos de fabricação	
							6.862.747 5.789.020	
							Custos de serviços em andamento	
							(903.079) (517.743)	
							<u>13.602.329</u> <u>12.261.090</u>	
							Digitalização:	
							Salários	
							391.648 360.990	
							Terceirização do serviço	
							7.673.206 4.941.808	
							Aluguel e condomínio	
							2.453.748 1.560.717	
							Energia	
							132.456 117.706	
							Depreciação e amortização	
							429.684 413.228	
							Outros	
							1.192.337 514.233	
							<u>12.273.079</u> <u>7.908.682</u>	
							Custo com venda de software	
							10.000 -	
							25.885.408 20.169.772	
							(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	
							(87.954) (46.291)	
							<u>25.797.454</u> <u>20.123.481</u>	
							19. DESPESAS OPERACIONAIS – GERAIS	
							2022 2021	
							Serviços de terceiros	
							7.288.628 4.567.131	
							Água, energia e comunicação	
							515.625 537.461	
							Aluguéis	
							80.289 126.183	
							Manutenções de instalações, imóveis, móveis e veículos	
							2.731.039 1.696.921	
							Manutenções de softwares, computadores e periféricos	
							1.176.548 864.855	
							Assistência médica	
							1.638.194 1.330.692	
							Programa de alimentação ao trabalhador	
							967.498 826.331	
							Depreciações e amortizações	
							384.931 405.352	
							Impostos e taxas	
							455.166 428.620	
							Patrocínios e donativos	
							1.218.088 883.189	
							16.456.006 11.666.735	
							Demais despesas	
							2.413.770 1.508.425	
							<u>18.869.776</u> <u>13.175.160</u>	
							20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	
							2022 2021	
							Receitas	
							Rendimentos de aplicações financeiras	
							516.390 350.909	
							Juros ativos	
							54.964 39.834	
							Descontos obtidos	
							3.294 2.759	
							Outras	
							10.888 15	
							<u>585.536</u> <u>393.517</u>	
							Despesas	
							Despesas bancárias	
							(152.078) (78.890)	
							Multas	
							(15.659) (7.617)	
							Juros passivos	
							(11) (6)	
							<u>(167.748)</u> <u>(86.513)</u>	
							<u>417.788</u> <u>307.004</u>	
							21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	
							Fatores de risco financeiro. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.	
							• Risco de crédito	
							Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.	
							• Risco de capital	
							A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.	
							• Risco de mercado	
							A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.	

## CONTINUAÇÃO

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado.

A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

## • Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

## • Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

## 22. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas materiais e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

Ramo	Valor – R\$
- Incêndio, explosão e fumaça	19.200.000
- Danos elétricos	240.000
- Perda de aluguel	72.000
- Tumulto, greve, lock-out	24.000
- Recomposição de registros e documentos	36.000
- Lucros cessantes	1.200.000
- Responsabilidade civil do empregador	500.000
- Responsabilidade civil operações	500.000
- Equipamentos eletrônicos	100.000
- Outros	50.000

\*\*\*\*\*

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE  
Recife – PE

## 1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

## 2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo

com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

## 3. Outros assuntos

## Demonstração do Valor Adicionado.

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## 4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

## 5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 09 de fevereiro de 2023.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PE - 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Júnior  
CRC-PE - 011620/0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE reuniram-se em 09/02/2023 para examinar o Relatório da Administração, representado pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, examinando ainda, o Relatório da PHF Auditores Independentes S/S, sobre as mesmas Demonstrações Contábeis, indicando situação de conformidade no que se refere aos seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEPE para o exercício analisado, quanto ao cumprimento das práticas contábeis usuais. Os membros do Conselho Fiscal, diante às apreciações de regularidades estabelecidas, e, frente às afirmações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, opinam que as peças contábeis se apresentam em condições para serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 9 de fevereiro de 2023.

Maria Antonieta da Rocha Cruz

Carlos Eduardo Cabral Figueiredo

Ana Beatriz Freire Paes de Andrade

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO - Presidente

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO - Conselheiro

SILVIA MARIA CORDEIRO - Conselheiro

ALEXANDRE UBIRAJARA GABRIEL DE MELO - Conselheiro

BRUNO MAIA DE AZEVEDO SILVA - Conselheiro

## DIRETORIA

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO - Diretor Presidente

BRAULIO MENDONÇA MENESES - Diretor Administrativo e Financeiro

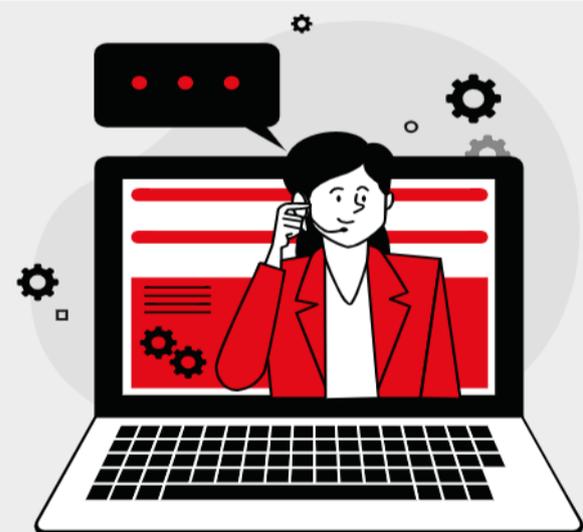
EDSON RICARDO TEIXEIRA DE MELO - Diretor de Edição e Produção

GERINALDO BEZERRA DE MATOS - Contador – CRC/PE – 11.684/O

Deixe a Cepe ser ainda mais especial para você:

**entre em contato com a Ouvidoria.**

A Companhia Editora de Pernambuco — Cepe é parte importante da história de Pernambuco e do Brasil, e não para de se atualizar para continuar fazendo a diferença em toda a sociedade. Por isso, a sua opinião é sempre muito bem-vinda.



**Nos envie sugestões, informações, reclamações ou elogios:**

cepe.com.br/ouvidoria

(81) 3183.2736

ouvidoria@cepe.com.br

ciaeditorape  
cepe.com.br

**CEPE 55**  
COMPANHIA EDITORA DE  
PERNAMBUCO ANOS